



b) IPSS

**ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA
“AMIGOS DE TERRUGEM”**

Anexo

**CONTAS DE GERÊNCIA
2023**

31 de Dezembro de 2023



Índice	Pag.
1 Identificação da Entidade	4
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3 Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1 Bases de Apresentação.....	5
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	11
5 Activos Fixos Tangíveis.....	11
6 Activos Intangíveis	13
7 Investimentos em Curso e Bens em Regime de Locação Financeira	13
8 Custos de Empréstimos Obtidos.....	13
9 Inventários	13
10 Rédito.....	14
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	14
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	15
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio	15
14 Imposto sobre o Rendimento	15
15 Benefícios dos empregados.....	15
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais	16
17 Outras Informações	16
17.1 Investimentos Financeiros	16
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17
17.3 Clientes e Utentes.....	17
17.4 Outras contas a receber.....	19
17.5 Diferimentos	19
17.6 Outros Activos Financeiros	20
17.7 Caixa e Depósitos Bancários	20
17.8 Fundos Patrimoniais	20
17.9 Fornecedores	21
17.10 Estado e Outros Entes Públicos	21
17.11 Outras Contas a Pagar	21
17.12 Outros Passivos Financeiros	22
17.13 Subsídios, doações e legados à exploração	22
17.14 Fornecimentos e serviços externos	23
17.15 Outros rendimentos e ganhos	23

17.16 Outros gastos e perdas	23
17.17 Resultados Financeiros	24
17.18 Análise Económica e Financeira.....	24
17.19 Acontecimentos após data de Balanço.....	26

1 Identificação da Entidade

1.1 – Designação da Entidade:

A.B.A.T. - Associação Beneficência “Amigos de Terrugem”

Bairro Stº António - Rua das Laranjeiras

7350-491 Terrugem

NIF: 500943826

1.2 – Natureza da Actividade:

A “ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA "AMIGOS DE TERRUGEM"” é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social” com Estatutos publicados no Diário da República n.º 185, Série III, em 12-08-1982, alterado ao abrigo do Dec-Lei nº 172-A/2014 de 14 de Novembro, com sede em Bairro St. António, Rua das Laranjeiras. Tem como actividade principal o alojamento de idosos e outras prestações sociais a idosos e crianças sem alojamento, para que possa prosseguir os seus objectivos:

- Contribuir e dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos;
- Promoção de assistência social, moral e económica a pessoas necessitadas;
- Assistência a crianças e pessoas da terceira idade.

Secundariamente a A.B.A.T. desenvolve os seguintes objectivos:

- Prevenção, promoção e protecção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- Educação e formação profissional dos cidadãos
- Promoção da cultura física e desportos;
- Promoção da cultura intelectual e inerentes de atividades culturais e recreativas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com as alterações

introduzidas pelo Decreto-lei nº 98/2015 de 2 de Junho. O Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI) – Aviso nº 8258/2015, de 29 de Julho.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, à excepção do edifício sede e respectivo terreno que, por decisão da Administração foram sujeitos a reavaliação em 2016.

O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa

inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, de acordo com o seu valor patrimonial tributário (VPT).

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	6 a 20
Equipamento básico	4 a 20
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento administrativo	1 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados ao justo valor.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.2.3 Activos Intangíveis

Não se verificam quaisquer investimentos nesta rúbrica.

3.2.4 Investimentos em Curso

Não se verificam quaisquer Investimentos em Curso no final do Exercício de 2023.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” são mensurados pelo custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo dos Inventários inclui todos os custos de compra, custo de conservação e outros custos incorridos para colocar os Inventários no seu local e condição actual. Outros custos somente são incluídos nos custos dos Inventários até ao ponto em que sejam incorridos para os colocar no seu local e condição actuais.

A Entidade adoptou como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.6 Instrumentos FinanceirosAssociados

O montante de 3.743,26 € registado na conta “278146” corresponde a quotas cobradas pelo cobrador mas não entregues na Instituição. O referido montante decompõe-se da seguinte forma:

ANO	2011	Juros
Valor	2.660,17	1.083,09
SUB-TOTAL	2.660,17	1.083,09
TOTAL	3.743,26	

A conta “2641” reflecte o saldo das quotas dos associados por cobrar à data de 31 de Dezembro de 2023, no montante de 261,00 €.

Utentes e outras contas a Receber

Os “Utentes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido:

Designação	Saldo	OBS.
Utentes	7.495,38	
Adiantamentos ao Pessoal	77,96	
Autoridade Tributária	2.445,35	Consignação IVA/IRS 2022
TOTAL	10.018,69	

O valor correspondente aos adiantamentos ao pessoal corresponde ao pagamento de um vencimento mensal de colaboradora que apresentou Baixa após processamento efectuado.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista nos § 17.13 e 17.14 da NCRF-ESNL.

Caixa e Depósitos Bancários

As rubricas “Caixa e Depósitos Bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal:

Designação	Saldo	OBS.
Fornecedores	18.815,81	
Estado e Outros Entes Públicos	32.892,44	
T.S.U.	19.521,87	
I.R.S.	3.267,00	
Processo de Execução (TSU) CDSS de Portalegre	10.103,57	
Credores por Acréscimos Gastos	83.446,62	
Remunerações a Pagar e respectivos encargos	80.209,59	
- Subsídio de Férias + Encargos	38.139,25	
- Mês de Férias + Encargos	42.070,34	
E.D.P., Comercial, S.A.	2.966,93	
Tranquilidade, S.A.	270,10	
TOTAL	135.424,97	

O Processo de Execução instaurado pelo CDSS de Portalegre deveu-se ao facto da Instituição ter ficado sem liquidez para poder efectuar o pagamento da TSU, referente à Entidade Patronal, dos meses de Dezembro 2020 e Maio e Junho de 2021.

3.2.7 Diferimentos

O Saldo devedor desta rubrica, no montante 3.150,51 €, corresponde à estimativa dos gastos com seguros de viaturas 881,33 €, Outros diversos (Seguro Acidente de Trabalho TPCO), no valor de 683,17 € que irão ser reconhecidos em 2024 pelo custo histórico e 1.586,01 referentes aos juros e custas processuais inerentes ao Processo de regularização de dívida com o CDSS de Portalegre (TSU).

O saldo credor desta rubrica, no montante de 273,24 € corresponde a rendimentos a reconhecer provenientes do apoio CEI do IEFP – Centro de Emprego de Elvas.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

DESIGNAÇÃO	VALOR	Obs.
Fundos	224.459,05	Edifício Sede e Praça Touros
Resultados Transitados de Anos anteriores	-941.993,31	
Resultados Transitados-Transferência POC/SNC	0,00	
Resultados Transitados - Excedentes de Revalorização	720.259,19	Praça de Touros
Resultados Transitados-Correcções relativas Exerc. anteriores	-43.395,79	
Redução do Excedente de Revalorização (Edif. Sede)	878.057,24	
Redução do Excedente de Revalorização (Terreno)	90.000,00	
Total de Resultados Transitados	702.927,33	
Reavaliação do Edifício Sede	0,00	
Reavaliação do Edifício Sede (Impostos Diferidos)	0,00	
Total de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis	0,00	
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	0,00	
Resultado Líquido do Período	36.853,50	
Total dos Fundos Patrimoniais	964.239,88	

3.2.9 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. À data de 31-12-2023, a

Instituição apresenta o montante global em dívida de 5.113,40 €, referente aos seguintes empréstimos:

Contraídos no Novo Banco:

- Aquisição de uma UPAC (Unidade de Produção e Auto Consumo de Energia Eléctrica) cujo montante em dívida é de 5.113,40 €;

Os “Encargos Financeiros” com estas operações ascenderam ao montante de 630,47 € e foram reconhecidos como gastos do período constando na Demonstração de Resultados na rubrica “Juros e Gastos Similares Suportados”.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto:

- a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Deste modo, nos termos da alínea b) do preceito legal acima referido, a Instituição não terá de reconhecer qualquer imposto sobre o rendimento a pagar.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Activos Fixos Tangíveis e Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural

Por decisão da Administração procedeu-se á reavaliação do edifício sede da Instituição no ano de 2016. Deste modo, nos termos da NCRF 7 (Ativos Fixos Tangíveis) por remissão do § 7.11 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo e com base no Relatório de Avaliação, produzido pela empresa Rodrigues

Sequeira, Engenharia, Lda. em 19 de Março de 2016, a reavaliação foi reconhecida da seguinte forma:

PROCEDIMENTO DE REAVALIAÇÃO (DEPRECIÇÕES ATÉ MARÇO DE 2016-DATA DA REAVALIAÇÃO)						
DESIGNAÇÃO CONFORME INVENTÁRIO DE INVESTIMENTOS	VALORES AQUISIÇÃO	DEPRECIÇÕES ACUMULADAS	VALOR CONTABILÍSTICO	VALOR DA AVALIAÇÃO	EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO	IMPOSTO DIFERIDO
Terreno	- €	- €	- €	90.000,00 €	90.000,00 €	- €
Edifício Sede	725.410,84 €	245.819,75 €	479.591,09 €	1.600.000,00 €	1.120.408,91 €	235.285,87 €
TOTAIS	725.410,84 €	245.819,75 €	479.591,09 €	1.690.000,00 €	1.210.408,91 €	235.285,87 €

Assim, no período de 2023 ocorreram os seguintes movimentos nos “Activos Fixos Tangíveis e Bens do Património, Histórico, Artístico e Cultural”:

Descrição	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Bens Património Art. Cultural	872.342,00	0,00	872.342,00	872.342,00	0,00	872.342,00
Terrenos e Recursos Naturais	91995,19	1995,19	90.000,00	91995,19	1995,19	90.000,00
Edifícios Outras Construções	1798.428,83	1787.698,21	10.730,62	1798.428,83	1788.874,42	9.554,41
Equipamento Básico	337.857,96	283.164,00	54.693,96	346.657,14	289.055,89	57.601,25
Equipamento de Transporte	129.057,70	128.311,17	746,53	129.057,70	129.057,70	0,00
Equipamento Administrativo	14.326,71	13.451,25	875,46	14.446,66	12.658,86	1787,80
TOTAL	3.244.008,39	2.214.619,82	1.029.388,57	3.252.927,52	2.221.642,07	1.031.285,45

Descrição	Quantia escriturada inicial	Adições	Revalorizações	Alienações Abates	Correcção de Depreciações (Exercícios Anteriores)	Depreciações	Perdas por Imparidade	Reversões	Quantia escriturada Final
Bens Património Art. Cultural	872.342,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	872.342,00
Terrenos e Recursos Naturais	90.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	90.000,00
Edifícios e Outras Construções	10.730,62	0,00	0,00	0,00	0,00	1.176,21	0,00	0,00	9.554,41
Equipamento Básico	54.693,97	14.928,65	0,00	6.870,42	6.870,42	12.021,37	0,00	0,00	57.601,25
Equipamento de Transporte	746,52	0,00	0,00	0,00		746,54	0,00	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	875,46	1.309,95	0,00	1.190,00	1.190,00	397,61	0,00	0,00	1787,80
TOTAL	1.029.388,57	16.238,60	0,00	8.060,42	8.060,42	14.341,73	0,00	0,00	1.031.285,45

As variações ocorridas ao nível desta classe foram as seguintes:

- Equipamento básico: Aquisição de 33 Cadeiras RELAX Manual com Rodas, uma Bomba Submersível para o Furo Hertziano de rega do jardim e duas grandes reparações, uma na Máquina de Lavar Roupa Grantinpiant e outra no Chiller do Ar condicionado.

- Equipamento Administrativo: Aquisição de um Relógio de Controlo de assiduidade dos Colaboradores.

6 Activos Intangíveis

Activos Intangíveis

Não se verificou qualquer movimento nesta classe.

7 Investimentos em Curso e Bens em Regime de Locação Financeira

A Entidade não possui à data de 31-12-2023 qualquer Investimento em Curso ou Bens em Regime de Locação Financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, o seu detalhe encontra-se descrito no ponto 17.17 deste Anexo.

O quadro abaixo reflecte o custo amortizado dos Financiamentos obtidos:

À data de 31/12/2023, cujo montante inicial era de 42.000,00 €, contraído em Setembro de 2017 com uma taxa de juro correspondente à Euribor a 12 meses acrescida de um Spread de 3,25 %. A maturidade deste financiamento é de 84 meses.

Descrição	2023		
	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	5.113,40	5.113,40
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			
Contas Bancárias de Factoring			
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	5.113,40	5.113,40

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores, mensurados ao custo histórico:

Descrição	2022				2023		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	5.180,00	0,00	0,00	5.180,00	0,00	0,00	5.180,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	12.392,26	180.431,94	4.466,73	17.848,50	203.362,56	5.092,40	15.658,96
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	17.572,26	180.431,94	4.466,73	23.028,50	203.362,56	5.092,40	20.838,96
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				170.508,97			200.459,70
Variações nos inventários da produção				0,00			000

As reclassificações e regularizações, no montante de 5.092,40 €, ocorridas durante o exercício dizem respeito a:

- Devoluções de compras (1.268,97 €);
- Descontos e abatimentos em compras (3.828,43 €);

O seu Custo inclui todos os Custos de Compra e outros para os colocar no seu local e condições actuais.

10 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2023
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas dos utilizadores	371.270,10	429.480,92
Quotizações e jóias	8.337,00	8.226,00
Promoção para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Subtotal	379.607,10	437.706,92
Juros	83,72	73,40
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	379.690,82	437.780,32

A diferença de 58.210,82 € na rubrica Quotas e utilizadores ou seja participações de utentes, deveu-se às seguintes variações:

- Aumento nas pensões dos utentes idosos onde se verificou um aumento extraordinário em Julho.
- Aumento do número de utentes na valência de SAD.
- O aumento do número de utentes atrás descritos, implicou de igual modo um acréscimo na rúbrica dos consumíveis.

11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

No período de 2023, não ocorreram quaisquer movimentos relacionados com este item.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Durante o exercício de 2023 não existiram quaisquer apoios desta natureza.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

No ano de 2023 não ocorreram quaisquer movimentos relacionados com este item.

14 Imposto sobre o Rendimento

A Instituição encontra-se isenta nos termos do art.º 10º do Código do IRC.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, no período de 2023 foram respectivamente:

Mesa da Assembleia Geral: 3

Direcção Administrativa: 5

Conselho Fiscal: 3

Os Órgãos Directivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2023 foi de 36.

Os gastos em que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	392.731,91	469.891,22
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	86.130,82	101.082,07
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.264,12	2.208,74
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1.854,88	289,49
Total	483.981,73	573.471,52

O aumento verificado com os gastos com pessoal deveu-se fundamentalmente á reorganização dos serviços, (Ex: aumento de colaboradores a executar Turnos), aumento de funcionários e respectiva actualização salarial, dando-se assim cumprimento ao Contrato Colectivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego subscrito entre a CNIS e Sindicatos.

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade apresenta uma dívida ao Instituto da Segurança Social, cujo valor inicial era de 21.712,89 €, dívida essa que se encontra regularizada por via de um PP (Plano Prestacional) de 48 prestações mensais estando à data de 31 de Dezembro de 2023 no valor de 10.103,57 €.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

No ano de 2023 a rubrica de Investimentos Financeiros apresenta o valor de 3.227,11 €, mensurado ao custo histórico de acordo com o seguinte quadro:

Designação	2022	2023
Fundo Compensação do Trabalho	2.688,67	2.903,72
Fundo Reestruturação do Sector Solidário	323,39	323,39
TOTAL	3.012,06	3.227,11

17.2 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

À data de 31 de dezembro de 2023 encontra-se reconhecida a quantia de 261,00 € (conta 2641) referentes a quotas de associados não cobradas.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2023 a rubrica “Clientes e Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	6.774,47	7.495,38
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Total	6.774,47	7.495,38

A rubrica Clientes e Utentes conta corrente encontra-se discriminada conforme quadros abaixo:

INFÂNCIA

CÓDIGO/VALÊNCIA: CRECHE	UTENTE	VALOR
1 - 12125	XXXXXX	230,00
1 - 12136	XXXXXX	57,42
1 - 12144	XXXXXX	108,00
1 - 12165	XXXXXX	232,96
Subtotal.....		628,38
CÓDIGO/VALÊNCIA: JARDIM INFÂNCIA	UTENTE	VALOR
1 - 13225	XXXXXX	126,00
Subtotal.....		126,00
CÓDIGO/VALÊNCIA: C.A.T.L.	UTENTE	VALOR
1 - 14145	XXXXXX	180,00
Subtotal.....		180,00
TOTAL INFÂNCIA.....		934,38

IDOSOS

E.R.P.I.		
CÓDIGO/VALÊNCIA: E.R.P.I.	UTENTE	VALOR
2 - 41089	XXXXXX	627,45
2 - 41147	XXXXXX	866,10
Subtotal.....		1.493,55
TOTAL E.R.P.I.....		1.493,55

CENTRO DE DIA		
CÓDIGO/VALÊNCIA: CENTRO DE DIA	UTENTE	VALOR
2 - 42371	XXXXXX	1.021,90
Subtotal.....		1.021,90
TOTAL CENTRO DE DIA.....		1.021,90

S.A.D.		
CÓDIGO/VALÊNCIA: AD	UTENTE	VALOR
2 - 43251	XXXXXX	440,75
2 - 43246	XXXXXX	466,70
2 - 43234	XXXXXX	363,30
2 - 43250	XXXXXX	72,00
2 - 43159	XXXXXX	2,00
2 - 43252	XXXXXX	360,00
2 - 43245	XXXXXX	1.560,00
2 - 43247	XXXXXX	396,70
2 - 43266	XXXXXX	384,10
Subtotal.....		4.045,55
TOTAL S.A.D.....		4.045,55
TOTAL IDOSOS.....		6.561,00
TOTAL (INFANCIA+IDOSOS)		7.495,38

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras Contas a Receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2023
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.421,00	2.523,31
A.T. (Consignação IRS e Reembolso IVA)	2.400,00	2.445,35
Outras operações (Adiantamentos ao pessoal)	21,00	77,96
Outros Devedores	21.082,93	8.121,52
Cobrador (Capital e Juros)	4.269,86	3.743,26
E.D.P.	118,38	41,08
I.E.F.P.	13.210,52	4.337,18
Repsol	3.484,17	0,00
	0,00	0,00
Total	23.503,93	10.644,83

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023, esta rubrica encontra-se detalhada da seguinte forma:

Descrição	2022		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Gastos a Reconhecer		1.615,03		3.150,51
Seguro de Viaturas		788,65		881,33
Outros, diversos		826,38		2.269,18
Seguro Acidentes Pessoais		0,00		0,00
Seguro Multiriscos		0,00		0,00
Seguro Acidentes de Trabalho		662,69		683,17
ISS, IP. (juros e Custas)		163,69		1.586,01
Total		1.615,03		3.150,51
Rendimentos a Reconhecer		14.830,39		273,24
I.E.F.P.		14.830,39		273,24
Apoio CEI e CEI+		14.830,39		273,24
Total		14.830,39		273,24

Gastos a Reconhecer até 31 de Dezembro de 2023.

Quanto aos rendimentos a reconhecer, o valor apresentado corresponde ao apoio obtido junto do IEFP – Centro de Emprego de Elvas para a contratação de pessoal.

17.6 Outros Activos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2023, não apresenta qualquer valor.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2023
Caixa	7.121,68	6.296,54
Depósitos à ordem	14.188,78	20.174,80
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	21.310,46	26.471,34

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	224.459,05	0,00	0,00	224.459,05
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	734.812,95	7.842,79	39.728,41	702.927,33
Excedentes de revalorização (Reav. Livre)	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de Revalorização (Imp. Diferidos)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	959.272,00	7.842,79	39.728,41	927.386,38

O aumento e a diminuição verificados na rúbrica de Resultados Transitados correspondem aos seguintes factos ocorridos, respectivamente:

1. Transferência do RLE de 2022 no montante de 7.842,79 €.
2. Correção relativa ao exercício anterior no montante 39.024,61 €, proveniente da regularização do diferimento de mês de férias.
3. Outras correções no montante de 703,80 €.

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Fornecedores c/c	37.728,38	18.815,81
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	37.728,38	18.815,81

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.446,70	1.701,97
Rendimentos de Capitais	0,00	0,00
Total	1.446,70	1.701,97
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.904,00	3.019,00
Rendimentos Trabalho Independente	244,38	248,00
Segurança Social	18.445,10	19.521,87
FCT e FGCT	136,51	0,00
Penhora de Vencimentos	0,00	0,00
Total	21.729,99	22.788,87

A rúbrica IVA constante do **Activo** no montante de 1.701,97 € refere-se ao imposto suportado nas aquisições de géneros alimentícios cujo reembolso é solicitado até um ano após a data da factura da compra.

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por Acréscimo de Gastos		42.112,37		83.741,78
Pessoal		39.711,99		80.209,59
Remunerações a pagar		32.469,74		65.584,30
Encargos com remunerações		7.242,25		14.625,29
Outras Despesas Diferidas		2.400,38		3.532,19
E.D.P. Comercial, SA		2.105,20		2.966,93
CESP - Sindicato		295,18		295,16
Tranquilidade Seguradora		0,00		270,10
Outros credores		0,00		0,00
Total	0,00	42.112,37		83.741,78

O montante de 80.209,59 €, corresponde ao reconhecimento do Subsídio de Férias e Férias, a pagar aos funcionários e respectivos encargos para a Segurança Social, referentes a 2023, que serão pagos em 2024.

O montante de 2.966,93 € referente à EDP, Comercial S.A., representa a estimativa referente ao gasto proporcional de electricidade do período compreendido entre 02/12/2023 e 31/12/2023.

O montante de 295,16 € refere-se à verba a pagar ao Sindicato dos funcionários (CESP), devido a quotas que lhes foram cobradas no mês de dezembro de 2023.

O montante de 270,10 € refere-se a acertos de seguro de acidentes de trabalho.

17.12 Outros Passivos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2023, não apresenta qualquer valor.

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos	368.012,87	443.525,71
C.D.S.S.S. de Portalegre	356.333,10	417.543,68
ISS, IP – Programa Adaptar Social +	0,00	0,00
U.F.T.V.B.	350,00	2.750,52
Município de Elvas	6.000,00	0,00
I.E.F.P., IP	4.041,77	23.231,51
I.A.P.M.E.I.,IP	1.288,00	0,00
Doações e heranças	4.658,57	18.662,82
Legados	0,00	0,00
Total	372.671,44	462.188,53

O subsídio pelo IEFP, IP corresponde aos processos CEI/CEI+ e CES-Compromisso Emprego Sustentável.

As “Doações e heranças” dizem respeito aos donativos concedidos à Instituição.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2022	2023
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	39.081,28	39.597,65
Materiais	10.265,30	14.262,32
Energia e fluidos	29.640,73	25.875,96
Deslocações, estadas e transportes	0,00	1.006,80
Serviços diversos	8.851,14	7.710,21
Total	87.838,45	88.452,94

O acréscimo na Rúbrica de Materiais deveu-se ao aumento com reparações e conservação dos equipamentos.

17.15 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Outros Rendimentos	17.977,75	16.707,42
Rendimentos Suplementares	14.399,54	13.044,19
Aluguer de Equipamento	2.500,00	5.750,00
Aluguer da Praça de Touros	2.500,00	5.750,00
Outros Rendimentos Suplementares	11.899,54	7.294,19
Energia eléctrica	1.222,63	749,64
Estorno de Seguro	290,34	3.695,00
Festas e Outros Eventos	10.386,57	2.849,55
Outros	3.578,21	3.663,23
Correcções relativas a períodos anteriores	198,76	0,00
Restituição de IVA	1.079,45	1.391,50
Consignação IRS	2.300,00	2.271,73
Subtotal	17.977,75	16.707,42
Subsídios PRODER (Imputação dos Subsídios ao Investimento nos termos do Capítulo 14 da NCRF-ESNL)	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	TOTAL	17.977,75
		16.707,42

O montante de 3.695,00 € referente ao Estorno de Seguro, refere-se à indemnização para compensação da avaria na máquina de lavar roupa Grantinpianttt.

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Imposto de Selo	57,41	25,81
Dívidas incobráveis	257,00	364,00
Taxas	30,00	844,34
Coima	0,00	250,00
Outros Gastos (Quotizações)	344,00	344,00
Outros não especificados	280,38	638,26
Total	968,79	2.466,41

O valor referente às dívidas incobráveis diz respeito às quotas não cobradas dos associados que renunciaram ou faleceram.

Os “Outros Gastos” referem-se às quotizações pagas à UDIPSS Portalegre - 320,00 € e BVE 24,00 €.

Os Outros não especificados dizem respeito a encargos relacionados com o processo de dívida á Segurança Social.

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1.047,96	630,47
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	1.047,96	630,47
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	83,72	73,40
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	83,72	73,40
Resultados Financeiros	-964,24	-557,07

Os “Juros suportados” correspondem ao empréstimo referido na Nota 8 deste Anexo.

No que aos “Juros obtidos” diz respeito incluem os juros obtidos de “Outros devedores”.

17.18 Análise Económica e Financeira

Rácios Financeiros		2021	2022	2023
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Fundos Patrimoniais}}{\text{Activo}}$	0,87	0,87	0,87
	$\frac{\text{Activo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$	0,76	0,67	0,52
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Meios Financeiros Líquidos}}{\text{Passivo Corrente}}$	0,30	0,19	0,20

A Autonomia Financeira representa o nível de independência financeira da Instituição perante os seus Credores. Trata-se de um indicador bastante importante para análise aquando do recurso, se necessário, ao crédito. Considerando-se que uma Autonomia Financeira bastante aceitável tem por base o índice de 0,20, verifica-se que ao longo do triénio em análise, esse indicador é claramente superior, significando portanto que em caso de necessidade, não existirão restrições de acesso ao crédito.

Os Rácios de Liquidez medem a capacidade da Instituição solver os seus compromissos a curto prazo. Quanto maior for o indicador maior será a probabilidade de reembolsar o crédito obtido dos fornecedores e de outros credores a curto prazo. A Liquidez Geral indica a capacidade que a Instituição tem em fazer face aos débitos de curto prazo utilizando os montantes das disponibilidades, Clientes, utentes e Inventários. A Liquidez Imediata mede a capacidade de a Instituição solver os compromissos de curto prazo recorrendo somente às disponibilidades. O pequeno aumento de uma décima verificado entre 2022 e 2023 deve-se ao aumento das disponibilidades “Caixa e Depósitos Bancários”.

Rácios Actividade		2021	2022	2023
Prazo Médio de Recebimentos	$\frac{\text{Dividas de Terceiros x 365 dias}}{\text{Volume de Negócios}}$	39,27	30,39	35,36
	$\frac{\text{Fornecedores x 365 dias}}{\text{Compras + Fornecimentos e Serviços Externos}}$	47,28	51,50	23,13

Pela análise aos Rácios de Actividade verifica-se que a Instituição honra os seus compromissos num prazo mais curto relativamente ao Prazo Médio de Recebimentos, ou seja, recebe num prazo mais longo do que aquele que paga.

Rácios Económicos		2021	2022	2023
Rendibilidade do Activo	$\frac{\text{Resultado Líquido do Período}}{\text{Activo}}$	-0,27	0,01	0,03
Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais	$\frac{\text{Resultado Líquido do Período}}{\text{Fundos Patrimoniais}}$	-0,32	0,01	0,04

A Rendibilidade do Activo, é um indicador económico que mede a capacidade dos activos da Instituição em gerar retorno financeiro sendo, portanto um bom indicador para medir a qualidade da gestão. Um resultado elevado significa que os activos da Instituição têm elevada capacidade para gerarem retorno financeiro. O aumento verificado está directamente relacionado com o aumento no RLE (Resultado Líquido do Período) determinado principalmente pelo aumento do volume de negócios e dos subsídios à exploração principalmente os advindos do CDSSS de Portalegre.

A Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais representa a capacidade dos fundos patrimoniais da Instituição em gerar retorno financeiro. De outra forma, a Rendibilidade dos fundos patrimoniais procura avaliar a eficiência e capacidade de gestão da aplicabilidade dos fundos concedidos pelos *stakeholders* (Utentes, Associados e Segurança Social) em termos de produção de resultados financeiros. Assumindo que os fundos patrimoniais da Instituição representam a sua situação patrimonial líquida, isto é, o seu valor contabilístico, pode-se considerar a rendibilidade dos fundos patrimoniais como sendo a rendibilidade da própria Instituição. O aumento verificado neste exercício justifica-se pelo mesmo motivo atrás citado.

17.19 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023.

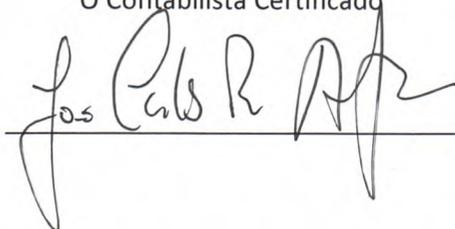
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Direcção Administrativa em 18-03-2024.

Tendo por base a reavaliação da situação económica no país, o Governo Português tem determinado um conjunto de medidas extraordinárias para as IPSS, que têm por objetivo combater a inflação. Apesar dos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente tenderem a perpetuar-se e a economia continuar a revelar um estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis, consideramos que ainda estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da Instituição, estando assegurados os seus compromissos financeiros.

Terrugem, 18 de Março de 2024

O Contabilista Certificado



Associação de Beneficência "Amigos de Terrugem"
25 de Outubro

Nascimento
Paula Nascimento

Ofélia Duarte

